



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Thomaz Teixeira dos Santos, 148-Térreo, Cidade Nova
Itaperuna/RJ - CEP: 28.300-000
convenioinstituicoessemed@semedita.com.br



ANEXO A

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº01/2022

Termo de Colaboração mútua que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPERUNA e a(Processo Nº).
O Município de Itaperuna, doravante denominado MUNICÍPIO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 28.916.716/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, ALFREDO PAULO MARQUES RODRIGUES, a Secretária Municipal de Educação, MARCELO POEYS DAIR e a Instituição -----, doravante denominada INSTITUIÇÃO MANTENEDORA, inscrita no CNPJ, sob o nº -----, com sede no -----º distrito deste MUNICÍPIO, à -----, por seu representante legal, -----, cuja Instituição de **Educação Infantil**, MANTIDA pela Instituição supracitada, celebram entre si o presente Termo de Colaboração em conformidade com o Edital de Chamamento Público nº01/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo de Colaboração tem por objeto implementar ação conjunta entre o município de ITAPERUNA e a INSTITUIÇÃO MANTENEDORA, para atendimento às crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade, na **Educação Infantil — Modalidade Creche**, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO

- Atender a ----- crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, na Educação Infantil - Modalidade Creche, conforme especificado no Plano de Trabalho;
- Observar diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;
- Manter, na fachada do imóvel e em local visível, placa indicativa do Convênio com a Secretaria Municipal de Educação-SEMED/Prefeitura Municipal de Itaperuna-RJ;
- Permitir e facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Termo de Colaboração e do Plano de Trabalho dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, terem acesso a informações nas áreas contábil (**incluindo Livro Caixa**), administrativa, pedagógica e nutricional;

- e) Obter Certidão de Funcionamento junto à Supervisão de Ensino da SEMED, mantendo-a em local de acesso público;
- f) Entregar à Secretaria Municipal de Educação, doravante denominada SEMED, na Diretoria Pedagógica, o Calendário das Atividades Pedagógicas da Instituição, bem como relatório semestral das ações realizadas mensalmente, com registro fotográfico e que poderão ser encaminhadas por meio eletrônico para **gestaopedagogicasemed@gmail.com**;
- g) Comunicar, com justificativa por escrito e de imediato, ao Diretor de Supervisão de Ensino da SEMED, eventuais paralisações das atividades escolares no ano letivo vigente, bem como quaisquer outras informações que venham a interferir no atendimento educacional;
- h) Comunicar previamente à SEMED, por meio de ofício protocolado na Prefeitura Municipal de Itaperuna, mudança de endereço, de diretoria ou qualquer proposta de alteração no Plano de Trabalho, a serem avaliadas e autorizadas pela SEMED;
- i) Informar às famílias das crianças atendidas sobre as bases do Termo de Colaboração;
- j) Elaborar e executar a proposta pedagógica da Instituição, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas definidas pelo Conselho Municipal de Educação;
- k) Garantir a inclusão e o atendimento de qualidade aos educandos portadores de necessidades especiais, sob pena de oficiar os órgãos competentes;
- l) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Termo de Colaboração, sendo responsabilidade da Mantenedora qualquer espécie de verba trabalhista oriunda do tempo de trabalho dos funcionários junto à Instituição;
- m) Zelar pela frequência dos educandos no ambiente educativo durante o período do ano letivo vigente;
- n) Apoiar e integrar, em um esforço conjunto com a SEMED, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;
- o) Entregar, mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente, o controle de movimentação dos alunos e profissionais (Mapa Estatístico), que atuam na Instituição, no Núcleo de Informação e Estatística da SEMED, conforme modelo mais atual disponibilizado pelo setor;
- p) Entregar, mensalmente, ao Núcleo de Alimentação Escolar da SEMED, conforme modelo atualizado disponibilizado pelo setor e parte integrante da Cartilha da Alimentação Escolar:
 - 1- Controle de estoque dos gêneros da Alimentação Escolar, **até o quinto dia** do mês subsequente;
 - 2- Pedido de gêneros da Alimentação Escolar, **até o dia 20** de cada mês;
 - 3- Laudo comprobatório de Intolerância Alimentar, se houver;
 - 4- Relatório de não conformidade, quando houver necessidade.
- q) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos do item II, letra "a", da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada por meio de transferência eletrônica (Art. 53, Lei 13.109/2014), em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, aplicando-os em caderneta de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade;
- r) Manter todas as condições e critérios avaliados, quando da habilitação, vigentes e válidos durante todo o período do Termo de Colaboração;
- s) Convergir esforços para atender crianças indicadas pelos programas sociais do município, em especial àquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;
- t) Informar aos órgãos de fiscalização a infrequência dos educandos, quando esta ultrapassar o quantitativo de dez faltas intercaladas ou cinco faltas consecutivas mensais sem justificativa por escrito dos responsáveis, independente da idade cronológica;

- u) Manter controle diário da frequência dos educandos em diário de classe e apresentar à Supervisora de Ensino, para registro em termo de visita, as declarações dos pais, atestados médicos, etc., que justifiquem as faltas das crianças matriculadas na Instituição;
- v) Enviar no prazo de 30 dias, a contar da data da assinatura do Termo de Colaboração, cópia digitalizada das fichas de matrícula das crianças devidamente preenchidas e assinadas pelo responsável, para o e-mail: **dsesemed@gmail.com**.
- w) Realizar pesquisa junto à comunidade escolar, do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no Plano de Trabalho;
- x) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula quinta do presente Termo de Colaboração a:
- 1- Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;
 - 2- Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;
 - 3- Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional da SEMED;
 - 4- Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequado dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em número suficiente e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;
 - 5- Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, conforme orientação.
 - 6- Garantir que todos os manipuladores de alimento da Instituição participe das capacitações promovidas pela Secretaria de Educação.
- z) Fazer constar em todos os processos de **Solicitação de Prorrogação** e nas **Prestações de Contas** do Segundo e Quarto trimestres do exercício:
- 1- Dívida Ativa Municipal — Impostos devidamente quitados;
 - 2- Certidão Negativa de Débito Trabalhista — CNDT;
 - 3- Certidão de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida ativa da União;
 - 4- Certificado de Regularidade do FGTS — CRF;
 - 5- Relação de todos os funcionários beneficiados pelo Termo de Colaboração.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO

- a) Repassar à INSTITUIÇÃO o valor total de R\$----- (-----), dividido em ----- parcelas, sendo a primeira no valor de R\$----- (-----), a segunda, no valor de R\$----- (-----) e as demais no valor de R\$----- (-----).
- a.1) Este repasse deverá se efetivar até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma.
- a.2) O cálculo foi efetuado a partir da análise comparativa com prioridade para a capacidade de matrícula no ano em curso em função do espaço físico, bem como o quantitativo registrado no Censo escolar no ano de 2021, etapa de atendimento e período escolar (parcial/integral), com os valores e critérios estabelecidos por lei, bem como a critério da Secretaria Municipal de Educação, que ao final definirá a quantidade de matrícula a ser considerada no Termo de Colaboração com a SEMED, a bem do poder público;
- b) Analisar e emitir certificado de auditoria acompanhado de relatório com parecer conclusivo, quanto à regularidade ou irregularidade das contas através da Secretaria Municipal de Controle Geral, no prazo do Art.71 da Lei 13.109/2014;
- c) Fiscalizar, acompanhar e emitir relatório, semestralmente, observando o Plano de Trabalho apresentado pela Instituição, em conformidade com o Art.59 da Lei 13.019/2014;

- d) Repassar à Instituição gêneros alimentícios, conforme cláusula quinta;
- e) Acompanhar, supervisionar e avaliar, sistematicamente, as ações da Supervisão de Ensino e pedagógica, bem como de nutrição desenvolvidas pela instituição;
- f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento;
- g) Realizar orientação, supervisão e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da Instituição;
- h) Orientar e acompanhar o processo de inclusão das crianças com deficiência nas Instituições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à Instituição, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas da SEMED, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§1º - A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, professores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação-CME e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§2º - A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SEMED, durante todo o período de vigência deste Termo de Colaboração, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das crianças à vivência plena da infância e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§3º - A Instituição deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar ao Setor Pedagógico sua proposta político-pedagógica atualizada no prazo de 60 dias da assinatura do Termo de Colaboração.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A Instituição é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal, necessário à execução de suas atividades.

Parágrafo único - A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese será transferida ao MUNICÍPIO a responsabilidade de seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO contribuirá, em caráter suplementar, com gêneros alimentícios não-perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura das necessidades nutricionais das crianças atendidas pela Instituição, relativos ao período de permanência das crianças, desde que esta atenda aos requisitos da cláusula segunda, item I, letras p e x, deste instrumento.

§1º - O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças matriculadas na Instituição, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Termo de Colaboração.

§2º - A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças atendidas, a faixa etária, o período de permanência destas e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SEXTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Em conformidade com art.70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e cláusula segunda, item II, letra "a", os recursos repassados deverão ser aplicados de acordo com os seguintes itens:

- a) **Remuneração de pessoal (compõe 70% da Receita Total);**
- b) **1/3 férias (compõe 70% da Receita Total);**
- c) **13º salário (compõe 70% da Receita Total);**
- d) Encargos INSS, IRRF e PIS;
- e) Encargos FGTS;
- f) Aquisição de material didático-pedagógico;
- g) Aquisição de material de expediente;
- h) Aquisição de material de consumo;
- i) Aquisição de materiais para pequenos reparos;
- j) Pagamentos de serviços de terceiros;
- k) Manutenção de equipamentos;
- l) Transporte escolar;
- m) Pagamento de água/luz/gás.

§1º - A aplicação dos recursos desta cláusula está detalhada e definida na Cartilha de Prestação de Contas da Secretaria Municipal Geral.

§2º - **É vedada a aplicação** de valores advindos deste Termo de Colaboração em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "i" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste Termo de Colaboração.

§3º - Em caso de Aplicação de recursos com despesas dos itens "b" até "i", devese ser apresentada nota explicativa detalhada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO GERENCIAMENTO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

- a) Compete à SEMED, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste Termo de Colaboração, com emissão de relatórios;
- b) Compete ao CACS-FUNDEB de forma articulada com a SEMED, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes do repasse à Instituição.
- c) Compete ao Conselho de Alimentação Escolar - CAE de forma articulada com a SEMED, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes do repasse à Instituição de gêneros alimentícios.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO deverá protocolar junto a Prefeitura Municipal de Itaperuna, às prestações de contas de forma **trimestral**, seguindo o calendário abaixo, bem como respeitando os prazos finais contidos no Decreto Municipal nº 5943, de 17/09/2018, a prestação de contas da aplicação dos recursos repassados, apresentando os documentos exigidos pela Legislação aplicada, Lei nº13.019/2014, Lei nº 13.204/2015, Decreto nº 8.726/2016 e IN AGE nº10 de 20/05/2010, a saber:

Calendário de apresentação das prestações de contas trimestrais.

1º Trimestre 2022 (janeiro/fevereiro/março) até 29 de abril de 2022;

2º Trimestre 2022 (abril/maio/junho) até 29 de julho de 2022;

3º Trimestre 2022 (julho/agosto/setembro) até 31 de outubro de 2022;

4º Trimestre 2022 (outubro/novembro/dezembro) até 28 de fevereiro de 2023;

- a) *Atestado de funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal de Educação;*
- b) *ATA do Mandato de Diretoria;*
- c) *ATA de Aprovação das Contas;*
- d) *Cópia do Cartão do CNPJ;*
- e) *Relatório das atividades da Entidade;*
- f) *Cópia do Termo de Colaboração ou Fomento e Plano de Atividades;*
- g) *Declaração de guarda e conservação de documentos contábeis;*
- h) *Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;*
- i) *Certificado de Regularidade do FGTS — CRF;*
- j) *Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT;*
- k) *Certidão de Débitos do Município de Itaperuna;*
- l) *Extrato bancário completo de Conta Corrente e aplicações;*
- m) *Comprovante de entrega do numerário ou da comunicação do Crédito ou Razão do Credor.*
- n) *Comprovantes originais das despesas realizadas no valor igual ou superior ao do benefício recebido. Se o processo contiver a pagamento através de RPA (recibo de profissionais autônomos), será comprovado o ISS (imposto sobre serviços) sobre o valor.*
- o) *As Notas Fiscais de Despesas devidamente ATESTADAS por **2 (dois) funcionários da Entidade** quanto ao recebimento das mercadorias adquiridas;*
- p) *Os Prestadores de Serviços deverão ser devidamente identificados, NOME, CPF e ENDEREÇO;*
- q) *Relatório de Execução Financeira do Objeto- Receitas e Despesas;*
- r) *Balancete Analítico ou outro demonstrativo contábil, evidenciando o registro do Recurso Financeiro e suas aplicações;*
- s) *Parecer do CONSELHO FISCAL DA ENTIDADE;*
- t) *Parecer do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - **se for o caso;***
- u) *Todos os Recibos de pagamentos, contra-cheques, Notas Fiscais, e/ou qualquer outro utilizado pela Entidade que será utilizado como comprovação de despesa realizada, deverão estar devidamente acrescidos da informação "TERMO DE FOMENTO/COLABORAÇÃO N°" com o respectivo número do Termo de fomento realizado.*

CLÁUSULA NONA - DA RETENÇÃO E SUPRESSÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da alínea "a" do item II da Cláusula segunda:

- a) Serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:
 - I- Quando a Instituição deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do Município;
 - II- Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita à SEMED ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Anual de Atividades, previamente apresentado ao Município.
- b) Verificado o não cumprimento dos compromissos expressos no item I, cláusula segunda e parágrafo único, a Semed notificará a Instituição para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente a regularização sob pena de:
 - I- Em não regularizando, porém justificando a ocorrência, a retenção ficará a critério de parecer emitido pela SEMED;
 - II- Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SEMED;
 - III- Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir do evento e abrir Tomada de Contas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA TOMADA DE CONTAS

Será instaurada a Tomada de Contas, nos termos da Lei nº 13.019/2014, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

- I- Omissão no dever de prestar contas;
- II- Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante Termo de Colaboração, nos termos da cláusula sexta;
- III- Ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;
- IV- Prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes, quando:

- a) Houver descumprimento das normas técnicas específicas estabelecidas pelo setor de Alimentação Escolar da SEMED;
- b) For comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à Instituição pelo Município;
- c) A Instituição não dispuser de manipulador(es) de alimentação em número proporcional ao número de crianças atendidas;
- d) Forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à Instituição pelo Município;
- e) A Instituição não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra x, da cláusula segunda, item I, do presente instrumento;
- f) Não permitir ou dificultar o trabalho da supervisora de alimentação;

A Instituição não se disponibilizar a receber qualificação para o monitoramento do correto desenvolvimento das atividades nutricionais em capacitação oferecida pela SEMED.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS SALDOS DO TERMO DE COLABORAÇÃO

Os saldos decorrentes deste Termo de Colaboração, enquanto não utilizados pela INSTITUIÇÃO, serão obrigatoriamente aplicados em Caderneta de Poupança aberta para este fim, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês, sempre em instituição financeira oficial.

As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito desta parceria e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Termo de Colaboração correrá à conta da **dotação orçamentária nº123650031.2.281000, natureza de despesa nº3.3.90.39, ficha 359 e fonte 351, FUNDEB 30%, vinculada à SEMED.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será de 12 meses, a contar de 1º de janeiro de 2022, findando em 31 de dezembro de 2022.

Parágrafo Único - Ao término, a SEMED sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Termo de Colaboração poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o tomem formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

§1º - Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento por meio de depósito bancário, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§2º - O MUNICÍPIO encaminhará ao **Ministério Público** denúncia contra a **INSTITUIÇÃO** que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Termo de Colaboração e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando ao ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Termo de Colaboração constará no site da Prefeitura Municipal de Itaperuna e correrá por conta e ônus do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Itaperuna-RJ para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Termo de Colaboração.

E por estarem em comum acordo com os termos deste Termo de Colaboração, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma para todos os efeitos legais.

Itaperuna- RJ, 07/03/2022

Assinaturas:

Representante Legal da INSTITUIÇÃO MANTENEDORA

Alfredo Paulo Marques Rodrigues
Prefeito Municipal de Itaperuna

Marcelo Poëys Dair
Secretário Municipal de Educação